



Mobilização nacional intensifica pressão contra a PEC 38/25 nas próximas três semanas

As próximas três semanas serão decisivas para barrar a PEC 38/25, conhecida como PEC 30i-tão, proposta de reforma administrativa apresentada por Hugo Motta, Pedro Paulo, Zé Trovão e outros parlamentares. A iniciativa, considerada por entidades do serviço público como uma das maiores ameaças já apresentadas aos direitos da população e à estrutura do Estado brasileiro, tem mobilizado categorias, centrais sindicais, movimentos sociais e entidades civis em todo o país.

O Coletivo das Três Esferas da CUT reforça que este é um período estratégico para ampliar a participação da categoria e da sociedade organizada. A pressão nas ruas e nas redes ganha força, com ações coordenadas nacionalmente para impedir o avanço da proposta.

Ações da semana: mobilização ampliada em Brasília e nos estados

A agenda de mobilizações desta semana teve início hoje, terça-feira, 2 de dezembro, com a continuidade dos atos permanentes nos aeroportos de diversas capitais. As entidades sindicais atuaram diretamente junto aos parlamentares que se deslocam para Brasília, promovendo diálogo e entregando materiais informativos sobre os impactos da PEC 38/25. A abordagem também alcança a população, a fim de ampliar o entendimento público sobre os riscos envolvidos.

Amanhã, 3 de dezembro, a concentração será realizada em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados. A partir deste ponto, representantes das entidades seguirão em força-tarefa pelos gabinetes, com foco especial nos parlamentares que ainda mantêm assinatura na proposta. Nos estados, a orientação é fortalecer a pressão

nos escritórios políticos de deputados e deputadas, reforçando a importância de que cada assinatura seja retirada.

Assinaturas em queda, mas pressão precisa continuar

Dos 171 parlamentares que inicialmente assinaram a PEC, 28 já retiraram seu apoio. No entanto, para que a proposta seja oficialmente arquivada, é necessário que pelo menos 86 deputados formalizem a retirada das assinaturas.

O Coletivo das Três Esferas da CUT destaca que a retirada crescente demonstra que a mobilização tem surtido efeito, mas que ainda é preciso ampliar o engajamento. O momento é considerado decisivo para assegurar que a PEC não avance nas comissões nem no plenário da Câmara.

Dia Nacional de Lutas: 4 de dezembro

A quinta-feira, 4 de dezembro, será marcada pelo Dia Nacional de Lutas, convocado pelo Fonasefe. Estão previstos atos nos locais de trabalho, panfletagens, rodas de diálogo e mobilizações nas ruas. A orientação é que fóruns regionais e seções de base promovam atividades que esclareçam à sociedade os riscos da reforma administrativa.

Manobras no radar alertam entidades

Apesar da perda de assinaturas, a ameaça ainda é concreta. Segundo declaração do próprio relator Pedro Paulo, existe a possibilidade de que a PEC 38/25 seja incorporada – por meio de manobra regimental – a outra proposta já pronta para votação, como a PEC 32/20, enviada pelo governo Bolsonaro e pelo então ministro Paulo



Guedes. A PEC 32/20 já é classificada por especialistas como altamente prejudicial à administração pública, mas, segundo análises técnicas, a PEC 38/25 consegue ser ainda mais grave.

Diante desse cenário, as entidades reforçam que a mobilização deve permanecer intensa tanto no Congresso quanto nas redes sociais.

Ferramentas de participação popular

A CUT lembra que segue ativa e atualizada a ferramenta “Na Pressão”, que permite consultar a lista dos parlamentares que ainda mantêm assinatura na proposta e enviar mensagens pedindo a retirada do apoio. A plataforma facilita o contato direto com deputados e deputadas, ampliando a capacidade de intervenção da sociedade na defesa dos serviços públicos.

Defesa do Estado e dos direitos sociais

Para o Coletivo das Três Esferas da CUT, a PEC 38/25 representa uma tentativa de reorganização do Estado brasileiro em moldes que fragilizam o servidor público, reduzem a qualidade dos serviços ofertados à população e abrem espaço para privatizações e terceirizações irrestritas. A mobilização nacional, portanto, é vista como essencial para garantir que o país não retroceda em políticas públicas, gestão democrática e direitos sociais.

Governo envia PL de Gestão de Pessoas ao Congresso; Condsef alerta para exclusões e falta de negociação

O Ministério da Gestão e Inovação (MGI) divulgou nesta segunda-feira, 1º de dezembro, nota sobre o Projeto de Lei de Gestão de Pessoas do Executivo Federal, acompanhado de 24 medidas que reestruturam cargos e salários. O pacote inclui o Plano Especial do MEC e a MP que reajusta forças de segurança do DF e dos ex-territórios.

O governo propõe criar a carreira transversal de Analista Técnico do Poder Executivo (ATPE), reunindo cargos do PGPE e do PST. Apesar do reajuste, os analistas não serão enquadrados como ATI, e o adicional de fronteira da Funai ficou de fora.

A Condsef destaca que os avanços obtidos — como as reestruturações do MEC e da Cultura — são frutos das mobilizações e greves da categoria. Porém, a maior parte das novas medidas foi definida unilateralmente pelo MGI, sem negociação com as entidades, e exclui boa parte dos aposentados, o que já motivou protestos e exigirá nova mobilização.

Segundo o governo, as mudanças atingem cerca de 200 mil servidores, sendo apenas 44 mil aposentados, número insuficiente para contemplar PGPE, PST e carreiras correlatas. A Condsef divulgará avaliação técnica completa após o envio do PL ao Congresso.

A entidade reafirma que a reorganização das carreiras deve considerar o papel social do Estado, não apenas critérios tecnocráticos. Defende estabilidade, concursos e valorização das carreiras como fundamentos para fortalecer políticas públicas.

A Condsef lembra que só com pressão organizada foi possível corrigir distorções em carreiras como Funai, MEC, Cultura e ATPE, e seguirá lutando por inclusão dos aposentados, reenquadramentos, convocações e contra a Reforma Administrativa e o desmonte do serviço público.

Assassinato no CEFET escancara violência contra mulheres na liderança e no trabalho

Crime que tirou a vida de duas trabalhadoras no Rio expõe o machismo estrutural e a resistência de homens à autoridade feminina em pleno período dos 21 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres

Matéria completa em
cut.org.br/noticias

